

Direitos do Servidor Público Federal

Um guia prático sobre GIFA, 3,17%, 28,86%, GDAT, BEPATA, RAV, 47,94%, CPSS e direitos EBTT.

1. Panorama

Nas últimas décadas, sucessivas reformas remuneratórias fragmentaram a carreira dos servidores federais em gratificações, adicionais e parcelas de composição. Este guia reúne, em linguagem direta, as principais teses e direitos que hoje impactam ativos, aposentados e pensionistas.

2. Índices e reajustes históricos

3,17% (Lei 8.880/94)

Reposição decorrente da conversão em URV, reconhecida ao servidor público federal quando a União não observou o critério legal de conversão.

28,86% (Leis 8.622/93 e 8.627/93)

Reajuste isonômico estendido aos servidores civis, com sucessivas compensações questionáveis por parte da Administração.

47,94% (VPNI/URV)

Aplicável a magistrados, membros do MP e categorias com paridade, com reflexos para servidores que compõem a base remuneratória.

3. Gratificações e adicionais

- GIFA — Gratificação de Incentivo à Fiscalização e à Arrecadação: base de cálculo, incorporação e revisão de valores.

-
- GDAT — Gratificação de Desempenho da Atividade Técnico-Administrativa: extensão a inativos e pensionistas nos termos da jurisprudência.
 - BEPATA — parcela de composição sujeita a revisão de base e reflexos.
 - RAV — Retribuição Adicional Variável: hipóteses de incorporação e correção.

4. Contribuições e restituições

CPSS — Contribuição do Plano de Seguridade Social

Discussão sobre incidência e limites, especialmente para inativos e pensionistas, com pedido de restituição do que foi indevidamente descontado nos últimos cinco anos.

Restituição de Imposto de Renda

Doenças graves, moléstias profissionais e verbas de natureza indenizatória autorizam restituição do IR retido — inclusive sobre juros de mora em ações remuneratórias.

Habilitação de herdeiros

Procedimento para receber valores devidos ao servidor falecido, incluindo créditos administrativos e judiciais pendentes de pagamento.

5. Professores EBTT

Servidores da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico contam com regras próprias de piso, progressão e adicionais. Os principais direitos discutidos são:

- Piso nacional do magistério e reflexos na RSC.
- Progressões e aceleração da promoção.
- Auxílio-transporte, auxílio-creche e revisões remuneratórias.
- Demandas administrativas e judiciais, com foco em RPVs e precatórios.

6. Como agir

O primeiro passo é reunir contracheques, portarias e fichas financeiras. A análise individual permite identificar quais teses são efetivamente aplicáveis e qual a via mais eficiente — administrativa ou judicial — para cada caso.

Este material é uma introdução. Para orientação individualizada, fale conosco:
contato@almeidaseabra.com.br